

Impresso
Especial

9912175140/2007-DR/PR
IPARDES

...CORREIOS...



GOVERNO DO
PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO GERAL

ISSN 0102-0374

Análise Conjuntural

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.32, n.7-8, julho/agosto 2010

sumário

- 3 AS TENDÊNCIAS ECONÔMICAS INTERNACIONAIS E O BRASIL
Gilmar Mendes Lourenço
- 7 TRAÇOS E MENSAGENS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010
Gilmar Mendes Lourenço
- 10 A SUSTENTABILIDADE DO CRESCIMENTO BRASILEIRO
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 13 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim e Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 15 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 1 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347

Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: ipardes@ipardes.gov.br

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ORLANDO PESSUTI - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

ALLAN JONES DA SILVA - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

Diretora-Presidente

NEI CELSO FATUCH

Diretor Administrativo-Financeiro

GRACIA MARIA VIECELLI BESEN

Diretora do Centro de Pesquisa

DEBORAH RIBEIRO CARVALHO

Diretora do Centro Estadual de Estatística

THAÍS KORNIN

Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

ANÁLISE CONJUNTURAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*Editor*)

Equipe

GILMAR MENDES LOURENÇO (*Economista*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ANA BATISTA MARTINS (*editoração eletrônica*)

CLAUDIA F. B. ORTIZ (*revisão de texto*)

DORA SÍLVIA HACKENBERG (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

Passada a fase de animação, acoplada aos efeitos das medidas fiscais e monetárias empregadas por governos e bancos centrais das nações avançadas para a revitalização dos fluxos de produção e de comércio mundiais, rebaixados pela hecatombe financeira de 2008 e 2009, os meios econômicos começaram a identificar sinais de ocorrência de nova rodada de recessão, em meio a um vagaroso processo de recuperação em escala planetária, atrelado à recomposição de estoques, depois da brutal contração acontecida.

O Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos cresceu apenas 1,6% no segundo trimestre de 2010, contra 3,7% nos três meses antecedentes, conforme inferências do *Bureau of Economic Analysis* (BEA), do governo federal daquele País. Em razão dessa flagrante desaceleração da reativação econômica e dos perigos de deflação, o Federal Reserve (FED), Banco Central dos EUA, sinalizou a possibilidade de acréscimo de liquidez nos mercados via aquisição de papéis privados de longo prazo.

Mais de dois terços do crescimento de 3,0% ao ano do nível de atividade norte-americano, experimentado desde o segundo semestre de 2009, pode ser atribuído ao ciclo de estoques, dados os apreciáveis cortes orçamentários e o comportamento frágil dos mercados de trabalho e imobiliário, do consumo das famílias, das encomendas industriais internas e da demanda externa. A taxa de desemprego nos EUA continua beirando os 10,0% da população economicamente ativa (PEA), as solicitações de seguro-desemprego superam 550,0 mil e os valores das hipotecas residenciais permanecem superiores aos dos imóveis.

No fundo, a instabilidade que eclodiu no mercado imobiliário dos EUA, particularmente na fração periférica dos empréstimos com garantias hipotecárias, ainda em 2007, contaminou rapidamente o restante do ramo imobiliário, as instituições financeiras envolvidas com a comercialização daqueles papéis de elevado risco, e o comércio, a produção e o emprego.

A imperiosa necessidade de reparos no caminho recessivo resultou em pronta e generosa atuação dos governos e dos bancos centrais, por intermédio de operações de resgate de companhias produtivas e bancos. Tais ações debilitaram as finanças públicas, provocando verdadeira hemorragia fiscal, que, presentemente, retorna com força às agências financeiras, cujas carteiras estão abarrotadas de papéis de governos em situação falimentar.

Não por acidente, os meios especializados vêm realizando, com elevada dose de exagero, a identificação de traços semelhantes entre a atual falência grega e a quebra do banco norte-americano Lehman Brothers, suficientes para deflagrar outra *débâcle* mundial, e o Banco Central Europeu (BCE) definiu a aquisição de títulos da dívida soberana das nações em dificuldades, como mecanismo de irrigação dos mercados.

Apenas a título de melhor qualificação do argumento, os desequilíbrios orçamentários da Grécia, Espanha e Portugal subiram de 7,7%, 4,1% e 2,8%, respectivamente, em relação ao PIB, em 2008, para 13,6%, 11,2% e 9,4%, em 2009. Em igual intervalo, a dívida do setor público saltou de 99,2% do PIB para 115,1%, na Grécia, de 39,7% para 53,2% na Espanha, e de 66,3% para 76,8% em Portugal.

Em paralelo, levantamentos do Escritório Estatístico da Comunidade Europeia (Eurostat) apontam que o passivo de famílias e empresas superaria 250,0% do PIB em Portugal, 220,0% na Espanha, 160,0% na França, 140,0% na Itália e 130,0% na Grécia. Conforme o Banco de Compensações Internacionais (BIS), a exposição das entidades financeiras aos débitos das nações mais vulneráveis da Zona do Euro (Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal) aproxima-se de US\$ 3,0 trilhões, e está concentrada em instituições européias (mais de 60,0%), particularmente nas alemãs e francesas, detentoras de 40,0% do portfólio.

Por tais desníveis, as instâncias financeiras lideradas pelo BIS devem implantar critérios mais rigorosos de capitalização, alavancagem e operação dos bancos, que implicarão reforço de fundos com cifras acima de US\$ 6,0 trilhões em cinco anos, sendo 90,0% em bônus de dívidas de longo prazo, conforme cálculos do *International Institute of Finance* (IIF), uma espécie de associação mundial dos bancos.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE - Centro Universitário.

*As organizações financeiras lideradas pelo BIS devem
implantar critérios mais rigorosos de capitalização,
alavancagem e operação dos bancos.*

Ademais, o grupo de nações emergentes que compõe o BRIC, formado por Brasil, Índia, Rússia e China, já ensaia um curso de desaceleração. Frise-se que este time vem ocupando posto de destaque no palco econômico mundial por ter absorvido e/ou superado, de forma rápida, os inconvenientes provocados pela instabilidade financeira internacional nas correntes de crédito, produção, comércio e emprego.

De fato, o PIB brasileiro encolheu -0,2% em 2009, e o da China e da Índia cresceram 8,7% e 7,4%, no mesmo exercício. Apenas a economia russa exibiu desempenho semelhante ao das principais economias avançadas, registrando queda de -7,9%, fortemente associada ao pronunciado declínio das cotações do petróleo nas praças compradoras do planeta.

No entanto, nos dias de hoje, o comportamento econômico dos integrantes do BRIC carrega um componente de perturbação. Trata-se da inflação, enraizada na elevação dos preços dos alimentos e de outras *commodities*, influenciada pela crescente demanda da China e da Índia. Aliás, Índia, Rússia e Brasil acusam taxas de inflação no varejo de 14,0% ao ano, 5,9% a.a. e 5,3% a.a., respectivamente, com tendência mais moderada para a China (3,0% a.a., resultado da cotação cambial fixa com o dólar, contra -1,5% a.a., um ano antes, reproduzindo o declínio dos preços das *commodities*).

Aparentemente, o diagnóstico e a terapia para essa anomalia revelam-se simples. A condição de substancial incremento da demanda doméstica, verificada em tais países, vem forçando a redução dos excedentes exportáveis e a conseqüente escalada dos preços externos das principais matérias-primas agrícolas, minerais e metálicas.

Para a correção do problema, a receita ortodoxa reside na adoção de medidas macroeconômicas na direção da desaceleração do consumo, por intermédio da subida dos juros, tal como esboçado na Índia e no Brasil, o que incita a busca de crédito externo pelas empresas e o subsequente fortalecimento do câmbio.

A China já comprimiu a base monetária, mediante aperto nas condições de crédito, elevação dos juros e recomposição dos compulsórios sobre os depósitos bancários, para debelar a ameaça de constituição de uma bolha imobiliária, e promoveu uma flexibilização na política cambial, com o fim da associação exclusiva ao dólar e a gradual depreciação do renminbi, a moeda do povo, conhecida no exterior como yuan.

Na prática, em um estágio de enfraquecimento do euro, a gestão cambial chinesa retornou ao padrão vigente entre julho de 2005 e o 3.º trimestre de 2008, quando o movimento do yuan era determinado pela variação de uma cesta de moedas, com margens estreitas de variação, o que não impediu a acumulação de enormes superávits em transações correntes até 2007 e a valorização da moeda entre 2007 e 2008, estimada em mais de 20,0% e compensada por providências de cunho fiscal, como a redução de impostos incidentes sobre as vendas externas.

Essa postura sustentava um modelo de propensão exportadora em detrimento da elevação do consumo interno. Tanto que, em uma década a contribuição dos gastos das famílias no PIB chinês caiu de 45,0% para 35,0%, contra 50,0% no resto da Ásia, 65,0% da União Europeia e Brasil e 71,0% dos EUA.

Desde a eclosão da crise, nos últimos três meses de 2008, o yuan retomou os laços com o dólar, e a permanente tendência de apreciação tem sido neutralizada pela compra maciça de moeda estrangeira pelo Banco Central, e o país desacelerou a velocidade de crescimento econômico de 13,0% em 2007 para 9,6% em 2008 e 8,7% em 2009. Contudo, a permuta das variáveis vendas externas e investimento pelos gastos privados, como eixo do crescimento chinês, requer a montagem sincronizada de mecanismos de incentivo ao consumo, proteção social e apreciação estrutural do câmbio, que estimule inversões direcionadas ao mercado interno.

Isso é ainda mais necessário quando se leva em conta o abalo dos alicerces da posição externa credora da China, em razão do esgotamento da capacidade de endividamento dos EUA e Europa e, por extensão, de reciclagem, na forma de títulos públicos, do enorme estoque de reservas internacionais chinesas, acumuladas via superávits comerciais.

No final das contas, o preço da freada de arrumação consubstanciada na estratégia de aborto das pressões inflacionárias dos BRICs, e de seus desdobramentos no poder aquisitivo das camadas mais pobres da pirâmide social, será o relaxamento do peso dos emergentes na dinâmica da raquítica recuperação da economia global.

Isso é particularmente mais grave em face do quadro de letargia dos mercados europeus, provocado pela premência de solução para o problema do volumoso endividamento da Grécia, Irlanda, Itália, Portugal e Espanha. Conforme inferências do IIF, o inevitável ajuste fiscal (redução de despesas e elevação de impostos) a ser promovido nas nações avançadas deve extrair cerca de 1,3 pontos percentuais do incremento do PIB mundial em 2011.

Lembre-se que o esforço fiscal deverá ser gradual para as nações que têm disponibilidade de aporte de recursos externos, caso do Grupo dos Sete (G7), e agressivo para aquelas com restrições de financiamento, especialmente as sediadas na Zona do Euro, cujos bancos e governos revelam debilidades financeiras.

Ao mesmo tempo, Argentina e Venezuela também exacerbam as incertezas dos mercados devido, respectivamente, à espiral inflacionária e à deficiente política econômica, aliada ao intervencionismo e à violação aos direitos de propriedade.

Parece inquestionável a continuidade de uma marcha de recuperação da economia brasileira, amparada na firme retomada dos investimentos.

No Brasil, parece inquestionável a continuidade de uma rota de recuperação da economia, sustentada em firme reativação dos níveis de investimentos, em paralelo à desaceleração da carga do consumo. A reação dos investimentos é atestada pela elevação da produção, das importações e do consumo interno de bens de capital, em ritmo anual superior a 30,0%, amparado, em grande medida, no Programa de Sustentação dos Investimentos (PSI), lançado em junho de 2009, como parte da política antirrecessiva.

A título de exemplo, a comercialização de máquinas agrícolas (colheitadeiras e tratores) atingiu 35,0 mil unidades no primeiro semestre de 2010, suplantando os patamares vendidos nos períodos de crise e pré-crise, compreendendo os primeiros seis meses de 2009 e 2008, em 53,0% e 37,0%, respectivamente.

Mais precisamente, houve alargamento da oferta de crédito em ritmo de 20,0% a.a., puxado pelas linhas direcionadas, que crescem quase 35,0% a.a., principalmente as do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as empresas e os financiamentos habitacionais, contra 13,0% a.a. do crédito livre (giro para as pessoas jurídicas e consumo para as pessoas físicas). O crédito direcionado como proporção dos desembolsos totais avançou de 58,0% em 2007 para 61,0% em 2010, e as operações totais do banco subiram de 6,0% do PIB em 2008 para 9,0% em 2010.

Os empréstimos feitos pelo BNDES e os destinados à compra de imóveis registraram incremento superior a 40,0% e 50,0%, respectivamente, em um ano encerrado em julho de 2010, lastreados em haveres do Tesouro ou recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ou do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Estimativas do BNDES revelam que os recursos desembolsados pelo banco representaram quase 30,0% do estoque de crédito do sistema financeiro às empresas e mais de 50,0% do investimento bruto realizado em máquinas e equipamentos em 2009 e 2010, prova incontestável do regresso da ingerência estatal na definição dos ramos agraciados com linhas de crédito especiais.

Porém, delineia-se substancial alargamento da emissão de passivo público a partir da intensificação dos laços entre o Tesouro e o BNDES, numa espécie de ressurreição da conta movimento, instituída nos anos de 1960, para propiciar o repasse de recursos do BC para o Banco do Brasil, e extinta em 1986, e da utilização do Fundo Soberano, constituído por sobras dos saldos fiscais primários e, se necessário, das reservas internacionais, para a compra de ações de empresas públicas.

Em 2009 e 2010, o governo federal transferiu R\$ 180,0 bilhões ao banco, remunerados pela taxa de juros de longo prazo (TJLP) cheia (6,0% ao ano) ou TJLP mais 2,5% a.a. Considerando que o Tesouro remunera os aplicadores em papéis da dívida (repassados à agência de fomento e vendidos no mercado) à taxa Selic (10,75% a.a.), tais transações configuram subsídios diretos de mais de R\$ 65,0 bilhões.

Além de não integrar o orçamento fiscal, esse tipo de benesse projeta a dívida pública bruta para mais de 60,0% do PIB, contra 50,0% em 2009, e lubrifica as engrenagens de resistência à queda do elevado juro pago pelos bônus governamentais e nas transações empreendidas entre os bancos, que conforme o ex-ministro Delfim Neto, “transformou o Brasil no último peru com farofa disponível no mercado financeiro internacional”¹.

Em consequência, conforma-se uma previsível limitação aos investimentos públicos ou à indução do engajamento da iniciativa em projetos longa maturação, em um ambiente regulatório pouco transparente e recheado de incursões ideológicas ou de concessões de privilégios com haveres dos bancos oficiais e dos fundos de pensão.

Os gastos em investimentos realizados pela administração direta federal subiram de 0,75% do PIB em 2006 para 1,10% em 2009 e 1,20% em doze meses finalizados em julho de 2010. Se forem incorporadas as inversões das estatais, o peso alcança 3,0% do PIB, sendo que a Petrobrás responde por 90,0% do incremento.

No tocante ao consumo, é preciso reconhecer o arrojado vigor exibido em resposta às medidas adotadas pelo governo, para abrandamento dos efeitos da crise externa desde o final de 2008. As providências concentraram-se na substituição do crédito externo por interno, com acréscimo da participação dos bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES), abertura de flancos de socorro a bancos pequenos e médios bancos em dificuldades, e redução da taxa Selic de 13,75% a.a., em dezembro de 2008, para 8,75% a.a., em julho de 2009, repassada marginalmente aos juros finais para as linhas para consumo, giro e investimento fixo.

A orientação fiscal foi determinada pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), visando incentivar a desova de estoques de automóveis (de dezembro de 2009 a março de 2010), eletrodomésticos de linha branca (de abril de 2009 a março de 2010), móveis (de dezembro de 2009 a março de 2010) e materiais de construção (de abril de 2009 em diante).

De fato, o substancial acréscimo no fluxo de crédito no Brasil, a impulsão da massa salarial (emprego e rendimentos reais), o alargamento dos prazos das operações (em média de 450 dias em junho de 2010 contra 360 dias em junho de 2009, sendo de 267 para 382 dias para pessoas físicas) e a tímida redução dos juros explicam a estabilização e/ou moderado declínio da inadimplência.

A par disso, a multiplicação da atuação das instituições financeiras públicas estaria neutralizando as circunstâncias de menor ritmo de crescimento da disponibilização de crédito pelas agências privadas, ocasionada pelo ciclo de elevação da taxa Selic – retomado pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, que saltou de 8,25% a.a. em abril de 2010 para 10,75% a.a. em julho de 2010.

Ainda que a justificativa oficial repouse nas pressões inflacionárias derivadas da maior velocidade de crescimento da demanda interna *vis à vis* evolução da capacidade de oferta, as projeções do mercado, de variação do PIB e da inflação de 7,0% e 5,0%, respectivamente, para 2010, permitem supor que a orientação monetária estaria mais afinada com as possibilidades de ocorrência de um apagão logístico durante o ciclo eleitoral.

¹ DELFIM NETO, Antônio. A confusão é geral, mas... Valor Econômico, São Paulo, 13 jul. 2010. Brasil, p.A2.

O 12.º Censo Demográfico da história do País, em realização pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), oferecerá, ao conjunto das forças sociais, incluindo governantes, empresários e demais segmentos da população, um criterioso e detalhado mapeamento das peculiaridades da fisionomia de uma nação, que foi objeto de radicais modificações entre o final do século passado e os primórdios do atual. O Brasil conta com aproximadamente 193,0 milhões de habitantes, acomodados nas áreas urbanas e rurais de 5.565 municípios, que ocupam 8,5 milhões de quilômetros quadrados.

O orçamento total das tarefas e atividades requeridas para a concretização do Censo perfaz R\$ 1,7 bilhão, distribuídos em gastos com pessoal (67,0%), custeio das operações (19,0%) e investimentos em equipamentos e infraestrutura de comunicação (14,0%), sendo prevista a aplicação de 70,0% dos haveres até o final de 2010.

A coleta dos dados, envolvendo 192,0 mil recenseadores, começou oficialmente em 01 de agosto de 2010 e encerrará em 31 de outubro, sendo considerada a noite do dia 31 de julho, e a passagem para 01 de agosto, a data de referência do inquérito. Os números preliminares, oriundos do esforço de levantamento, sistematização, tratamento e processamento dos dados, serão divulgados em dezembro de 2010. Por determinação legal, em quaisquer circunstâncias, fica assegurada a inviolabilidade do sigilo no fornecimento das informações, o que representa um elemento de incentivo ao aceite espontâneo da entrevista pelo cidadão.

Mais precisamente, o Censo abará dados populacionais relativos a volume e base etária, educação, saúde, nível de ocupação e rendimentos, deficiência (visual, auditiva, motora e mental), condições de moradia e acesso a serviços públicos como água, saneamento, energia e comunicações. Adicionalmente, reunirá informações como situação de residência em ambientes coletivos (penitenciárias, presídios, quartéis, conventos, asilos e orfanatos), disponibilidade de calçamento, iluminação pública, esgoto a céu aberto e depósito de lixo no entorno dos domicílios, entre outras.

Também buscará denotar existência de registro de nascimento, emigração internacional (origem e destino geográfico), línguas faladas por povos indígenas, tempo despendido em deslocamentos até os locais de trabalho e as unidades de ensino, rendimentos provenientes de iniciativas de apoio governamentais, e posse de motos, aspecto que pode facilitar a implantação de ações visando à prevenção de acidentes de trânsito e à mitigação de problemas derivados da poluição nas médias e grandes cidades.

Ênfase especial será concedida à precisão da informação a respeito de religião praticada, considerando também as modalidades de raiz africana (umbanda, candomblé, etc.), cor (branco, negro, pardo e índio) e ocorrência de união conjugal de pessoas do mesmo sexo nas residências observadas. Com isso, legitima-se, empiricamente, o reconhecimento da evolução da sociedade na direção da extinção da esmagadora maioria dos preconceitos.

Os resultados do Censo servirão para testar hipóteses levantadas a partir das outras pesquisas amostrais do IBGE.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da FAE - Centro Universitário.

Ressalte-se aqui o aprimoramento técnico implícito na preparação dos trabalhos censitários, implementados pelo IBGE. Houve mudança de base territorial, de analógica para digital, realização de pesquisas-piloto, do Censo experimental e de consultas a diferentes conjuntos de especialistas e representantes dos usuários do Censo. Isso implicou a confecção de dois tipos de questionários: o básico, abarcando 37 quesitos e aplicado ao universo de domicílios,

e o amostral, contendo 108 tópicos investigados em 11,0% das famílias. Por tratar-se de um marco estrutural, fincado a cada dez anos, parte expressiva das inferências contidas no Censo servirá para testar hipóteses e confirmar ou até rejeitar conclusões emanadas das consistentes investigações e apurações convencionais, levadas a cabo pela instituição nacional de estatística, especialmente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de periodicidade anual, das Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF), cobrindo os interregnos 2002-2003 e 2008-2009, e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), efetuada nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Rigorosamente, o enfoque censitário deve comprovar e consolidar a qualidade estatística das estimativas de caráter conjuntural, derivadas do acompanhamento de 150 mil domicílios, no caso da PNAD, contra 58,0 milhões de visitas do Censo.

Os resultados extraídos das atividades censitárias deverão traduzir os registros, no Brasil, de dois decênios e meio de reconquista da democracia, vinte anos de abertura comercial, uma década e meia de extermínio do imposto inflacionário e conformação de um quadro de estabilidade monetária, e de inserção comercial competitiva no maior ciclo ascendente do capitalismo internacional, depois da 2.ª Guerra, vivido entre 2004 e 2008.

As estatísticas também reproduzirão os mais de dez anos de ativação de programas oficiais de transferência de renda e a pronunciada mobilidade social, evidenciada pela migração de pessoas de faixas de renda menores para as médias e as decorrentes modificações nos padrões e hábitos de consumo e condições de vida das famílias, sobretudo depois de 1994, com o resgate da noção de valor dos bens e serviços, propiciado pela gerência do real, e, por extensão, a restauração das funções clássicas da moeda: unidade de conta, reserva de valor e meio de pagamento.

Tal processo induziu uma vigorosa reengenharia de atuação das grandes companhias, sobretudo aquelas atuantes nos ramos de varejo, de forma a otimizar o potencial de mercado, formado pela necessidade de atendimento da demanda reprimida, inicialmente por bens essenciais e, sem seguida, por produtos duráveis de consumo, englobando eletrodomésticos, eletrônicos, móveis e automóveis.

Cálculos do Instituto Data Popular revelam acentuado alargamento da fatia da massa de rendimentos apropriada pelas famílias da categoria D da pirâmide social, entre 2002 e 2010, superando a classe B e ficando atrás apenas da faixa C que, conforme a Consultoria E-bit, já responde por 30,0% do comércio virtual no Brasil. Em igual intervalo, os grupos E e A encolheram sua participação no montante total de rendimentos (tabela 1).

TABELA 1 - PARTICIPAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS NA MASSA DE RENDIMENTOS - BRASIL - 2002-2010

CATEGORIA	FAIXA DE RENDA MENSAL (em R\$)	% NOS RENDIMENTOS TOTAIS	
		2002	2010
E	Até 510,0	6,0	1,0
D	Acima de 510,0 até 1.530,0	15,0	28,0
C	Acima de 1.530,0 até 5.100,0	28,0	31,0
B	Acima de 5.100,0 até 10.200,0	21,0	24,0
A	Acima de 10.200,0	30,0	16,0

FONTE: Instituto Data Popular

O Censo demonstrará também que, em um intervalo de tempo de quarenta anos, a população brasileira mais que dobrou, incorporando mais de 100,0 milhões de habitantes aos “90,0 milhões em ação” que acompanharam ao vivo a conquista do tricampeonato mundial de futebol de 1970 pelo Brasil e testemunharam o chamado “milagre econômico”, especificamente a fase de maior crescimento e concentração de renda atravessada pelo País. O episódio de duplicação demográfica não se repetirá e o volume populacional tenderá inclusive a diminuir a partir do final da década de 2030.

Ademais, as informações colhidas devem corroborar comportamentos estruturais de variáveis relevantes. Entre eles, sobressaem a queda acentuada dos índices de mortalidade infantil, o declínio para menos da metade dos cidadãos classificados como brancos no conjunto da população, o alcance do patamar de um terço do total pela população com

menos de 18 anos de idade e a redução da taxa de fecundidade para menos de 2,0 filhos por mulher. Essa constatação anularia a projeção de 1,85, a ser alcançada em 2043, ancorada nos dados do Censo de 2000.

Aliás, o recuo da fecundidade lidera a lista dos ingredientes de alteração do perfil demográfico do País, centrada no encolhimento relativo e, a partir de 2010, absoluto, da presença de crianças e jovens no contingente populacional. A compressão do volume de dependentes por família deve produzir o chamado bônus demográfico, caracterizado pelo predomínio dos adultos economicamente ativos na pirâmide etária, engrossado pela maior presença das mulheres na oferta de mão de obra.

Esse benefício pode ensejar a expansão sustentada do aparelho de produção e de negócios, via impulsão da renda domiciliar média e da capacidade de consumo e de poupança, no transcorrer de no máximo quatro décadas. Isso porque tal evento deve ser gradualmente neutralizado pela ampliação do contingente de idosos, em face da elevação da expectativa e da qualidade de vida, sustentada por número menor de População Economicamente Ativa (PEA).

Inquestionavelmente, o Censo sintetizará uma vitrine de dados e informações, que atenderá aos propósitos de subsidiar a definição de políticas, por parte das instâncias públicas, focadas principalmente em áreas sociais prioritárias. Incorporará ainda o balizamento das cotas para o rateio dos recursos dos Fundos de Participação (estados e municípios), definidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), do repasse das verbas federais, da dotação orçamentária de determinados ministérios e da representação parlamentar dos entes subnacionais.

Para os demais atores, a magnitude demográfica e os itens subjacentes, exibidos pelo recenseamento, servirão para dimensionar o poder específico de interferência na formulação de programas públicos, conforme a participação no conflito distributivo. Igualmente, facilitarão, para as organizações empresariais, a concepção e execução de estratégias pulverizadas de ocupação dos diferentes mercados, nos ramos da indústria, comércio e serviços, especialmente quanto às decisões de investimentos.

Posteriormente a uma retração de -0,2% no ano de 2009, refletindo a crise mundial, a economia brasileira volta a apresentar desempenho significativo no presente exercício. No setor industrial, observa-se elevação de 16,2% da produção física no acumulado do primeiro semestre de 2010, com importantes contribuições dos segmentos de veículos automotores, máquinas e equipamentos, metalurgia e produtos químicos para essa notável performance, segundo pesquisa do IBGE. Em idêntico intervalo, o volume de vendas do comércio varejista nacional evoluiu 11,5%, sendo ainda mais relevante o aumento da receita nominal da atividade, com variação de 14,7%.

Quanto ao emprego, verifica-se que a taxa de desocupação no conjunto de seis grandes regiões metropolitanas brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife) atingiu 7,0% em junho deste ano, o que correspondeu ao terceiro melhor resultado da série iniciada em março de 2002, acima apenas dos 6,8% registrados nos meses de dezembro de 2008 e 2009, positivamente influenciados por fatores sazonais. Corroborando o forte movimento de geração de postos de trabalho, foram criadas 1,7 milhão de ocupações formais nos sete primeiros meses de 2010, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sobressaindo os números referentes aos ramos de serviços, indústria de transformação e construção civil.

Diante desse quadro favorável, reforçado ainda pela ampliação da produção primária, as expectativas dos agentes econômicos quanto ao crescimento nacional no encerramento do atual ano civil são muito otimistas. Conforme projeções de instituições financeiras, realizadas na segunda quinzena de agosto e coletadas pelo Banco Central, o PIB nacional poderá apresentar uma expansão levemente superior a 7% em 2010, o que seria a maior variação real desde 1987, logo após o breve período de alta do nível de atividade com o lançamento do Plano Cruzado.

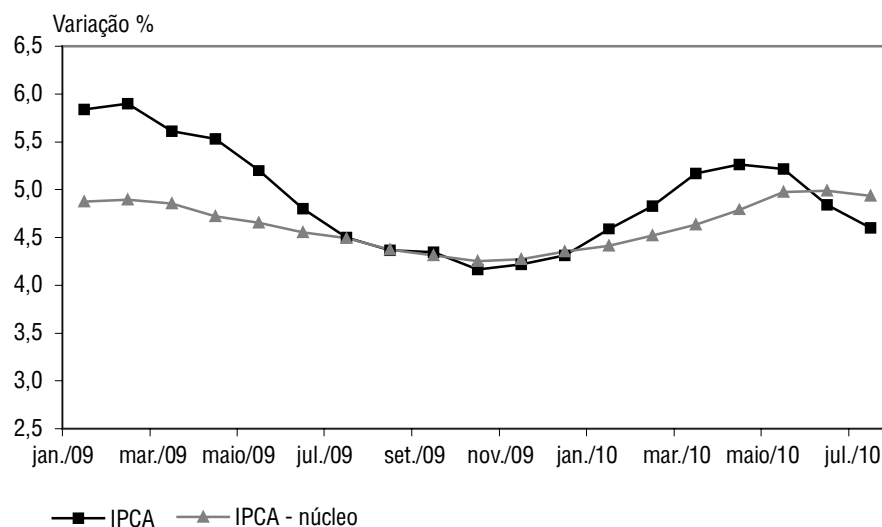
Por conseguinte, é irrefutável que a economia do País alcançou um novo patamar de crescimento, pairando dúvidas, entretanto, em relação à durabilidade desse movimento virtuoso. No que se refere à inflação, conhecido fator de restrição aos processos de expansão econômica, constata-se que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) se mantém entre os limites inferior e superior definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), devendo ser registrada uma variação levemente superior ao centro da meta, fixado atualmente em 4,5%, no fechamento do exercício de 2010, o que seria o sétimo resultado anual consecutivo dentro da faixa inflacionária previamente determinada.

Recentemente, como reflexo das elevações dos juros promovidas pelo Banco Central, a partir do final do primeiro quadrimestre deste ano, houve queda do referido índice que baliza o regime de metas de inflação, passando, no critério do acumulado em doze meses, de 5,3% em abril para 4,6% em julho (gráfico 1), o que ressalta o controle que a autoridade monetária vem tendo sobre o comportamento dos preços. Ademais, ratificando um quadro livre de grandes preocupações, não são observadas oscilações expressivas do núcleo do IPCA, calculado segundo o método das médias aparadas, com variações em doze meses iguais ou inferiores a 5% desde outubro de 2006.

Diante disso, a inflação parece não representar empecilho significativo ao prosseguimento do dinamismo da economia brasileira, havendo condições de conciliação entre estabilidade de preços e taxas consideráveis de crescimento do PIB, pelo menos superiores à média das últimas décadas. Nesse sentido, entre os potenciais limitadores da expansão da renda nacional, talvez com maior poder de comprometimento do atual desempenho econômico, podem ser citados a piora do cenário externo, devido às dificuldades que poderão ser enfrentadas pelas grandes nações, e o aumento do endividamento familiar, resultante da forte ampliação do consumo baseado em crédito.

* Administrador, coordenador do Núcleo de Estudos Macroeconômicos e Conjunturais do IPARDES.

GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO DO IPCA EM DOZE MESES - BRASIL - JAN/2009 A JUL/2010



FONTES: IBGE, BANCO CENTRAL

Em relação a esse último, é possível verificar que o montante dos empréstimos concedidos pelo Sistema Financeiro Nacional às pessoas físicas apresentou crescimento real de 37,1% do início de 2008 até maio de 2010, com a correção pelo IGP-DI, ficando muito acima da evolução dos recebimentos dos trabalhadores brasileiros. No mesmo período, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, o rendimento médio real efetivo dos ocupados avançou apenas 5,7%, estabelecendo uma assimetria que pode redundar em elevação da inadimplência, hoje relativamente estável, o que certamente afetaria o nível da atividade econômica.

Já no que se refere aos fatores de risco ligados ao ambiente internacional, serão restritivas ao crescimento brasileiro, em caso de confirmação, a continuidade do baixo dinamismo da União Europeia, derivado da insuficiente convergência macroeconômica entre os países membros, a titubeante recuperação norte-americana e, principalmente, a desaceleração chinesa, em consequência das medidas monetárias que vêm sendo lançadas pelo governo asiático para evitar a formação de bolhas imobiliárias. Em razão da elevada representatividade no comércio internacional, eventuais retrações dessas economias indubitavelmente comprometerão as exportações mundiais, incluindo as do Brasil.

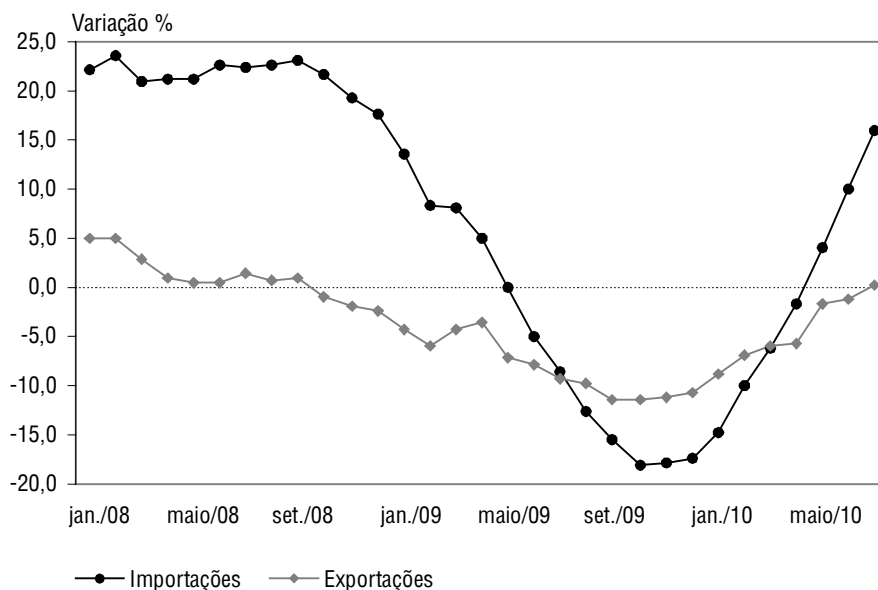
Aliás, o principal obstáculo à manutenção da presente pujança econômica se refere também ao setor externo. Mais precisamente, é clara a deterioração dos resultados do balanço de pagamentos do País, por conta principalmente do crescente déficit nas transações correntes, que atingiu US\$ 28,3 bilhões nos sete primeiros meses deste ano, valor recorde para esse período. No encerramento de 2010, as projeções das instituições bancárias apontam igualmente para um saldo negativo nunca alcançado, com a provável contabilização de um déficit anual próximo de US\$ 50 bilhões, o que se contrapõe aos bons números registrados de 2003 a 2007, quando foram anotados superávits em conta corrente.

Como se sabe, tal piora se deve ao desempenho comercial, que vem sendo marcado, no pós-crise, por uma vigorosa alta das quantidades importadas, subsequentemente a um movimento de queda com o *overshooting* cambial, e por uma recuperação bastante lenta dos volumes exportados, atingindo atualmente patamares similares aos observados em período anterior à eclosão das turbulências financeiras, na ótica do acumulado em doze meses, o que sinaliza margem reduzida para a elevação do *quantum* das vendas externas a partir de agora (gráfico 2). Por isso, a retomada recente das receitas das exportações nacionais, além de refletir uma base de comparação deprimida referente a 2009, pode ser imputada preponderantemente aos preços das mercadorias comercializadas, ao passo que o aumento dos desembolsos com as compras externas decorre sobremaneira da ampliação das quantidades adquiridas, sendo, portanto, um movimento mais consistente.

Para ressaltar ainda mais a influência das cotações dos produtos transacionados, com o expurgo da variação dos preços em dólares das mercadorias exportadas e importadas, os

saldos positivos da balança comercial brasileira seriam muito menores do que os efetivamente registrados. Em um exercício bastante simples, aplicando os índices anuais de *quantum* aos valores das exportações e importações do exercício de 2003, seriam alcançados superávits comerciais de apenas US\$ 1,0 bilhão em 2008 e US\$ 7,6 bilhões em 2009, muito abaixo das cifras de US\$ 24,8 bilhões e US\$ 25,3 bilhões realmente contabilizadas. No período 2003-2009, a diferença entre o superávit acumulado efetivo e o saldo com a exclusão da oscilação dos preços atingiria expressivos US\$ 94,2 bilhões, valor que indica os ganhos do País no mencionado intervalo com a ascensão das cotações dos bens exportados, já descontado o encarecimento em dólares dos importados.

GRÁFICO 2 - ÍNDICE DE QUANTUM DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES NO ACUMULADO DE DOZE MESES - BRASIL - JAN/2008 A JUL/2010



FONTE: FUNCEX

Adicionalmente, é relevante colocar que a valorização das mercadorias de exportação vem se concentrando nas *commodities*, levando não somente a um aumento da participação dos produtos básicos na pauta das vendas externas, hoje superior ao peso relativo dos manufaturados, como também a uma estrutura comercial mais vulnerável às flutuações da demanda mundial por matérias-primas, naturalmente mais volátil que os mercados de bens industrializados.

Diante de tudo isso, fica clara a necessidade da implementação de medidas para o fortalecimento das exportações, o que inclui a correção cambial, conferindo maior competitividade à produção nacional de mercadorias de médio/alto conteúdo tecnológico, de modo a aliar as vantagens do País na oferta de produtos intensivos em recursos naturais com o desenvolvimento de segmentos industriais sofisticados. Sem tais ações, especialmente em um contexto de queda das cotações das *commodities*, a economia nacional poderia voltar a sofrer pressões financeiras externas, não obstante o considerável volume das reservas cambiais, uma vez que o montante de recursos estrangeiros em renda fixa e mercado de ações supera, por larga margem, a proteção em moedas conversíveis.

Enfim, as ingerências recentes em relação ao comércio exterior e ao balanço de pagamentos, permitidas pela bonança internacional, representam a maior ameaça ao crescimento brasileiro. Apesar da impopularidade inicial de eventuais medidas corretivas, voltadas à instauração de um arranjo econômico que privilegia a poupança interna, a postergação de ações nesse sentido incontestavelmente abreviará o atual dinamismo, decretando o retorno dos choques externos.

AGROINDÚSTRIA

Cocamar arrenda instalações da Corol

A Cocamar Cooperativa Agroindustrial arrendará instalações pertencentes à Corol Cooperativa Agroindustrial, visando assistir associados da entidade sediada em Rolândia, Região Norte do Estado, na colheita da safra de inverno e no fornecimento de insumos para a safra de verão. O acordo prevê que 60% do resultado operacional líquido será destinado à Corol e 40% apropriado pela Cocamar. As duas entidades estudam a viabilidade de fusão no futuro.

LIMA, Marli. Cocamar arrenda unidades da Corol no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 5 jul. 2010. Empresas, p. B14.

INDÚSTRIA

Indústria de Apucarana fecha contrato com a Petrobras

Estabelecida no município de Apucarana, na Região Norte do Paraná, a confecção Commanders firmou contrato – válido por um ano – de fornecimento de uniformes para a Petrobras. O material será utilizado em refinarias.

VILLAVERDE, João. Apesar de concorrência chinesa, paranaense ganha contrato da Petrobras. **Valor Econômico**, São Paulo, 28 jul. 2010. p. A4.

Häfele construirá fábrica em Piraquara

A empresa de capital alemão Häfele, fabricante de ferragens para móveis, construirá uma planta industrial no município de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). A indústria planeja produzir cerca de 500 diferentes peças nas novas instalações, especialmente dobradiças e conectores. A Häfele espera inaugurar a fábrica no próximo ano, estimando investir cerca de US\$ 25 milhões.

A companhia conta com quatro unidades fabris na Alemanha e uma na Hungria, e seu faturamento anual alcança 1 milhão de euros. Opera no Brasil desde 1998, distribuindo material importado.

NETZ, Clayton. Alemã Häfele vai instalar fábrica no Paraná. **O Estado de S. Paulo**, 4 ago. 2010. Economia & Negócios, p. B16.

Copel construirá hidrelétrica no Mato Grosso

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) arrematou a concessão da construção da hidrelétrica Colíder, que será instalada no rio Teles Pires, Estado do Mato Grosso. No leilão realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Copel estabeleceu contrato que prevê a operação comercial da usina até o início de 2015. A hidrelétrica será capaz de gerar 300 megawatts e demandará investimentos de R\$ 1,26 bilhão, de acordo com estimativa da Empresa de Pesquisa Energética, órgão do Ministério de Minas e Energia.

A Copel buscará autorização do Conselho Monetário Nacional para pleitear empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo de financiar parte do empreendimento.

JASPER, Fernando. Copel leva usina de R\$ 1,26 bilhão em MT. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 jul. 2010. p. 27.

USINA da Copel no Mato Grosso. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 31 jul. 2010. p. 10.

* Elaborado com informações disponíveis entre 1.º/07/2010 e 31/08/2010.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

*** Administrador, coordenador do Núcleo de Estudos Macroeconômicos e Conjunturais do IPARDES.

Indústria automotiva do Paraná deverá bater recorde em 2010

No encerramento de 2010, o polo automotivo do Estado deverá contabilizar a produção de 400 mil veículos, segundo projeções do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos do Paraná (Dieese-PR), tendo como base os dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Se confirmado, esse número representará acréscimo de 14% em relação ao ano passado, superando inclusive o recorde registrado em 2008, quando foram fabricadas 360,5 mil unidades.

O bom desempenho do segmento pode ser atribuído ao aumento do crédito e da renda dos trabalhadores, havendo ainda a influência do crescimento das exportações. Como reflexo das favoráveis condições do mercado, foram contratadas 839 pessoas pelas três montadoras instaladas no Estado no primeiro semestre de 2010, ampliando para 7,4 mil o número de empregos diretos gerados pelo complexo automobilístico local.

NASCIMENTO, Alexandre Costa. Montadoras do PR baterão recorde. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 ago. 2010. p. 20.

Volvo fornecerá ônibus para empresa de transporte coletivo do Panamá

A Volvo fornecerá mil ônibus para o consórcio Transporte Massivo do Panamá, operadora do transporte coletivo na Cidade do Panamá, em um contrato no valor de aproximadamente US\$ 200 milhões. Os chassis dos veículos serão produzidos na unidade da Volvo localizada em Borås, Oeste da Suécia, cabendo a fabricação das carrocerias à Superpolo, grupo que conta com a participação da empresa brasileira Marcopolo.

Apesar da escolha da fábrica sueca para a produção dos chassis, em razão principalmente da ociosidade da referida unidade, a Volvo do Brasil, cujas operações centralizam-se em Curitiba, participará de todo o processo de assistência ao comprador dos veículos de transporte coletivo. Inclusive, um primeiro lote de 35 ônibus montados partirá de Curitiba em direção ao Panamá até o final deste ano.

LIMA, Marli. Volvo fecha contrato de mil ônibus com o Panamá. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 ago. 2010. p. B7.

ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2010

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010 ⁽¹⁾	99	203	2 051	40 548	166 991	4 118	29 420	708 589	24 085

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 570	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010 ⁽¹⁾	82 613	124 616	1 508	647 836	55 514 518	85 692	48 130	174 184	3 619

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2010

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	508 273	776 971	1 529	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009	643 288	787 180	1 224	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010
2010 ⁽¹⁾	519 809	790 736	1 521	188 562	4 352 903	23 085	2 257 112	13 221 981	5 858

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	447	1 023	2 289	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	418	994	2 378	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010 ⁽¹⁾	369	831	2 252	4 486 127	14 078 735	3 138	1 147 089	3 121 970	2 722

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2010

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Março	207 585	19 118	39 479
1998	854 517	236 358	193 435	Abril	204 305	24 370	42 527
1999	957 237	198 873	229 466	Maio	206 920	23 778	43 028
2000	1 041 412	181 113	235 315	Junho	209 215	22 801	41 702
2001	1 121 828	197 985	263 451	Julho	220 968	22 671	55 673
2002	1 235 681	219 350	333 951	Agosto	211 633	22 547	43 046
2003	1 344 398	219 774	359 139	Setembro	219 559	25 684	43 199
2004	1 557 747	276 808	340 568	Outubro	217 893	28 159	42 903
2005	1 788 481	308 947	367 765	Novembro	207 014	24 097	39 201
2006	1 856 061	316 897	390 394	Dezembro	204 960	31 497	40 660
2007	2 057 318	295 010	437 152	2010 ⁽¹⁾	653 309	72 532	119 075
2008	2 480 908	279 609	454 340	Janeiro	211 217	20 641	36 228
2009 ⁽¹⁾	2 492 086	282 214	509 156	Fevereiro	202 095	22 914	38 992
Janeiro	195 787	21 742	39 155	Março	239 997	28 977	43 854
Fevereiro	186 249	15 748	38 572				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2010

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
			US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1.918.816	45,38	665.062	15,73	1.614.172	38,18	29.944	0,71	4.227.995
1999	1.735.682	44,14	626.797	15,94	1.528.226	38,86	41.954	1,07	3.932.659
2000	1.661.374	37,81	498.631	11,35	2.158.622	49,12	75.534	1,72	4.394.162
2001	2.280.991	42,87	561.285	10,55	2.416.688	45,42	61.247	1,15	5.320.211
2002	2.384.075	41,80	668.797	11,73	2.576.841	45,18	73.368	1,29	5.703.081
2003	2.985.014	41,70	877.848	12,26	3.217.442	44,95	77.549	1,08	7.157.853
2004	3.908.974	41,56	969.099	10,30	4.437.090	47,18	89.862	0,96	9.405.026
2005	3.297.780	32,87	993.498	9,90	5.608.205	55,89	134.049	1,34	10.033.533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008 ⁽¹⁾	5 786 966	38,01	1 611 389	10,58	7 519 762	49,39	307 620	2,02	15 225 737
2009 ⁽¹⁾	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 961	42,06	213 335	1,90	11 222 828
Janeiro	280 167	37,52	129 165	17,30	327 767	43,90	9 563	1,28	746 662
Fevereiro	235 141	39,42	36 849	6,18	313 397	52,53	11 161	1,87	596 549
Março	408 013	47,68	62 630	7,32	372 229	43,50	12 825	1,50	855 697
Abril	652 127	58,14	99 882	8,90	355 074	31,65	14 619	1,30	1 121 702
Maio	620 907	55,64	111 861	10,02	366 837	32,88	16 238	1,46	1 115 843
Junho	814 261	61,28	129 102	9,72	364 985	27,47	20 344	1,53	1 328 693
Julho	454 671	43,89	139 423	13,46	421 161	40,65	20 753	2,00	1 036 008
Agosto	500 729	45,40	146 345	13,27	437 253	39,64	18 675	1,69	1 103 003
Setembro	316 843	34,85	151 804	16,70	416 467	45,81	24 085	2,65	909 199
Outubro	234 768	27,69	134 503	15,86	457 701	53,98	20 949	2,47	847 921
Novembro	225 114	29,32	79 912	10,41	441 934	57,55	20 953	2,73	767 913
Dezembro	242 387	30,54	82 927	10,45	445 154	56,09	23 170	2,92	793 638
2010 ⁽¹⁾	3 466 922	44,14	817 602	10,41	3 398 181	43,26	172 346	2,19	7 855 052
Janeiro	190 308	26,96	67 319	9,54	426 450	60,42	21 706	3,08	705 782
Fevereiro	236 525	33,41	58 929	8,32	389 202	54,97	23 351	3,30	708 008
Março	552 307	48,00	73 135	6,36	491 342	42,70	33 953	2,95	1 150 737
Abril	719 459	55,33	105 178	8,09	455 439	35,02	20 258	1,56	1 300 333
Maio	665 359	48,80	141 768	10,40	527 566	38,70	28 627	2,10	1 363 320
Junho	504 716	40,49	185 445	14,88	531 738	42,66	24 518	1,97	1 246 417
Julho	598 249	43,34	185 828	13,46	576 445	41,76	19 933	1,44	1 380 455

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2010

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	- 1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	- 293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 225 737	14 570 222	655 515	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009 ⁽¹⁾	11 222 828	9 620 703	1 602 125	152 994 743	127 672 264	25 322 479
Janeiro	746 662	579 843	166 819	9 781 920	10 311 476	- 529 556
Fevereiro	596 549	558 829	37 720	9 586 406	7 825 478	1 760 927
Março	855 697	670 462	185 235	11 809 225	10 052 631	1 756 594
Abril	1 121 702	602 943	518 759	12 321 617	8 626 934	3 694 683
Mai	1 115 843	678 428	437 416	11 984 585	9 358 569	2 626 016
Junho	1 328 693	750 769	577 924	14 467 785	9 863 379	4 604 406
Julho	1 036 008	958 912	77 097	14 141 930	11 229 304	2 912 626
Agosto	1 103 003	783 232	319 771	13 840 850	10 776 085	3 064 766
Setembro	909 199	1 074 267	- 165 068	13 863 222	12 549 862	1 313 360
Outubro	847 921	1 059 762	- 211 841	14 081 686	12 753 089	1 328 597
Novembro	767 913	1 021 428	- 253 515	12 652 892	12 039 774	613 118
Dezembro	793 638	881 828	- 88 190	14 462 624	12 285 683	2 176 941
2010 ⁽¹⁾	7 855 052	7 133 462	721 590	106 860 351	97 627 898	9 232 453
Janeiro	705 782	908 149	- 202 367	11 305 067	11 481 740	- 176 673
Fevereiro	708 008	809 433	- 101 425	12 197 237	11 809 453	387 784
Março	1 150 737	924 825	225 912	15 727 499	15 061 153	666 346
Abril	1 300 333	999 969	300 364	15 161 211	13 882 917	1 278 294
Mai	1 363 320	1 050 846	312 474	17 702 500	14 259 161	3 443 340
Junho	1 246 417	1 139 234	107 183	17 093 912	14 817 227	2 276 685
Julho	1 380 455	1 301 006	79 449	17 672 925	16 316 247	1 356 678

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2010

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)														
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Jan./09	Fev./09	Mar./09	Abr./09	Mai/09
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	87,15	89,11	88,15	85,46	82,77	96,66	85,48	96,59
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	117,21	121,70	127,08	120,57	111,93	120,26	131,32	123,93
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	116,19	120,43	125,80	119,31	110,69	118,99	130,10	122,51
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	112,28	117,36	116,62	109,25	80,45	93,23	113,39	131,43
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	178,86	196,48	197,13	198,41	153,95	177,40	168,37	186,00
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	131,60	149,78	184,80	156,00	150,76	170,51	168,36	184,46
Livros, jornais, revistas e papelaria	100,00	86,81	86,80	83,57	87,13	98,96	108,70	142,86	116,74	129,48	102,67	111,89
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	338,15	672,92	1 071,68	838,04	913,84	956,62	914,96	913,03
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	165,88	195,21	216,31	194,41	169,26	190,58	202,61	234,20
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	121,49	130,03	136,79	129,67	115,74	128,31	133,14	136,96

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)														
	Jun./09	Jul./09	Ago./09	Set./09	Out./09	Nov./09	Dez./09	2010	Jan./10	Fev./10	Mar./10	Abr./10	Mai/10	Jun./10	
Combustíveis e lubrificantes	86,23	88,63	89,19	84,53	89,23	83,85	89,20	86,56	82,66	80,93	94,56	85,39	88,32	87,49	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	116,62	123,90	135,72	121,27	131,76	125,14	162,48	129,53	133,69	123,09	137,79	128,30	127,53	126,80	
Hipermercados e supermercados	115,30	122,62	134,56	119,88	130,50	123,95	161,20	128,13	132,66	121,73	136,39	126,95	125,96	125,09	
Tecidos, vestuário e calçados	116,71	111,49	102,98	114,05	110,64	110,32	205,50	116,31	111,52	90,78	109,02	132,23	139,26	115,07	
Móveis e eletrodomésticos	178,16	194,45	196,12	194,49	209,78	217,67	290,77	213,56	229,31	193,72	217,93	199,63	233,55	207,22	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	181,38	184,46	190,16	174,83	204,63	203,45	248,61	203,48	193,64	181,76	213,74	203,79	214,76	213,16	
Livros, jornais, revistas e papelaria	95,64	106,45	109,93	111,87	68,18	58,79	149,84	144,39	177,03	158,76	152,90	123,79	127,55	126,30	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	1 118,56	1 148,33	1 157,07	1 241,36	1 208,21	1 137,00	1 313,11	1 470,74	1 106,34	1 312,99	1 674,87	1 583,64	1 665,68	1 480,93	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	200,74	194,16	196,12	191,04	226,26	217,05	379,24	222,20	212,15	180,00	229,33	222,67	253,77	235,26	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	128,19	133,78	139,81	131,85	141,49	137,19	185,35	142,65	143,54	130,53	149,71	142,10	148,67	141,34	

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2010

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																		
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,3	131,6
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8	107,8
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0	126,2
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1	72,8
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2	132,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7	428,7
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6	100,1
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6	77,8
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	114,4	123,9	122,8
Minerais não-metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3	123,9
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3	99,2
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2	143,3
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7	118,6
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0	200,1
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3	84,9

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																		
	Jan./09	Fev./09	Mar./09	Abr./09	Mai/09	Jun./09	Jul./09	Ago./09	Set./09	Out./09	Nov./09	Dez./09	2010	Jan./10	Fev./10	Mar./10	Abr./10	Mai/10	Jun./10
Indústria de transformação	114,9	120,7	136,1	129,8	125,4	114,8	138,7	137,2	130,4	151,5	139,4	140,1	147,8	126,8	123,6	168,9	140,7	164,8	162,1
Alimentos	74,0	84,5	110,8	120,7	123,3	119,1	116,8	124,0	107,7	107,7	108,5	96,5	108,3	79,3	87,2	107,3	118,0	125,0	132,9
Bebidas	128,2	115,6	130,6	118,4	106,9	84,8	96,6	113,2	121,5	154,7	158,0	185,7	134,4	119,7	128,1	145,0	125,5	160,8	127,1
Madeira	68,9	67,9	84,3	70,6	80,5	66,1	70,6	72,5	67,1	74,9	79,3	70,8	78,4	65,4	64,4	81,0	82,6	89,1	87,8
Celulose, papel e produtos de papel	127,9	127,5	131,7	118,6	111,6	119,8	148,3	141,3	142,8	142,7	134,5	139,5	136,7	144,5	127,2	150,9	137,9	146,0	114,0
Edição, impressão e reprodução de gravações	517,7	599,4	521,8	442,9	321,3	117,0	460,4	332,9	416,7	504,1	358,9	551,4	498,3	347,6	241,5	771,5	348,2	662,4	618,4
Refino de petróleo e álcool	82,4	81,7	96,8	102,7	108,5	106,0	107,7	109,5	99,7	107,1	97,3	101,9	97,6	91,7	85,6	100,8	101,0	106,4	100,2
Outros produtos químicos	72,4	79,1	75,4	65,4	55,6	67,3	110,1	105,7	92,7	96,6	56,7	56,7	64,2	85,4	74,6	55,6	44,5	57,3	67,6
Borracha e plástico	120,1	108,4	117,3	113,1	109,4	119,8	122,6	129,3	130,3	139,1	136,0	128,6	132,5	130,8	125,4	143,6	124,7	130,5	139,9
Minerais não-metálicos	111,2	108,8	124,5	123,4	126,4	124,7	132,1	129,0	128,9	127,3	130,8	119,7	123,1	110,3	113,5	132,7	123,5	130,1	128,7
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	97,4	82,3	88,4	91,8	90,8	95,1	110,9	99,9	106,8	113,6	110,2	103,0	116,4	105,4	104,0	123,9	114,4	123,4	127,2
Máquinas e equipamentos	129,5	111,7	125,5	122,2	124,0	125,3	146,9	149,5	163,2	174,8	177,3	170,2	175,0	154,1	178,8	196,8	159,2	189,1	172,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	109,9	98,4	128,0	111,3	100,1	95,0	115,4	117,8	122,1	149,6	156,4	119,0	119,3	114,3	99,8	123,0	108,2	119,4	151,0
Veículos automotores	132,9	156,9	217,7	194,1	198,5	191,7	186,4	211,0	152,5	278,1	260,2	220,6	296,4	254,3	260,4	335,4	295,9	308,8	324,0
Mobiliário	62,5	63,3	71,8	70,1	75,6	77,1	91,8	98,0	89,4	108,3	105,1	105,4	103,2	90,1	93,2	131,0	100,1	104,6	100,3

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2010

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)													
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Jan./09	Fev./09	Mar./09	Abr./09	Mai/09	Jun./09
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,5	103,5	103,6	102,4	102,7	102,4
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	76,3	70,9	70,2	78,9	78,2	72,9
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,9	103,9	104,1	102,7	103,1	102,8
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	156,4	155,4	155,5	154,4	155,9	158,1
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	170,8	277,9	289,5	276,2	180,7	174,5
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	77,3	76,8	76,4	76,4	78,1	78,5
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	96,6	97,8	101,9	94,5	94,9	95,2
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	83,7	84,0	87,5	87,2	87,6	90,7
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	36,1	38,3	37,4	37,7	37,0	36,9	36,4
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	124,2	120,6	119,7	120,4	120,6	123,2
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	235,9	226,8	239,6	265,6	285,1	292,1
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	87,9	87,7	88,1	89,0	89,5	90,6
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	90,5	88,4	87,5	86,7	85,6	80,7
Minerais não-metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	134,0	130,2	132,5	132,1	130,5	133,6
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	72,1	73,4	72,0	70,6	70,3	69,8
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	107,3	108,3	105,6	103,8	103,7	102,4
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	152,8	151,2	150,6	146,2	146,7	146,3
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	108,6	106,8	102,3	101,5	102,1	100,1
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	143,9	143,2	141,3	142,0	142,2	139,6
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	64,5	63,1	62,2	61,4	60,5	57,0

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)													
	Jul./09	Ago./09	Set./09	Out./09	Nov./09	Dez./09	2010	Jan./10	Fev./10	Mar./10	Abr./10	Mai/10	Jun/10	
Indústria geral	102,9	102,9	102,9	103,6	103,0	101,6	103,0	101,8	102,1	102,5	103,2	103,9	104,3	104,3
Indústrias extrativas	72,4	72,3	71,8	69,6	69,1	73,3	71,4	71,8	71,4	69,6	71,8	71,1	72,5	72,5
Indústria de transformação	103,3	103,3	103,3	104,1	103,4	102,0	103,4	102,1	102,5	103,0	103,6	104,3	104,7	104,7
Alimentos e bebidas	161,0	159,3	159,0	159,9	157,8	155,0	150,0	149,9	148,7	148,7	149,5	150,6	152,5	152,5
Fumo	102,1	102,6	99,9	103,1	108,0	109,3	235,6	170,8	289,3	292,2	282,3	213,6	165,4	165,4
Têxtil	77,9	77,2	77,2	78,1	78,2	78,3	82,3	81,1	80,3	81,0	82,8	84,5	84,5	84,5
Vestuário	97,2	97,9	98,2	99,5	98,7	94,3	94,7	95,8	97,1	95,0	93,4	93,0	94,3	94,3
Calçados e couro	91,7	94,7	96,7	98,3	98,6	97,3	105,0	104,3	101,8	105,7	105,4	106,2	106,7	106,7
Madeira	36,2	35,6	35,2	34,2	34,1	33,7	34,5	33,7	34,1	34,3	35,1	35,0	34,6	34,6
Papel e gráfica	124,0	125,9	125,4	125,4	124,8	125,0	127,5	125,7	125,6	125,8	127,5	130,2	130,3	130,3
Refino de petróleo e combustíveis	293,0	295,5	294,1	290,4	286,4	245,2	231,1	235,0	233,0	233,9	220,8	231,7	232,1	232,1
Produtos químicos	97,8	94,6	97,5	98,7	96,4	96,4	99,6	97,6	97,0	98,1	100,4	101,7	102,5	102,5
Borracha e plástico	80,4	82,5	82,1	82,3	79,7	79,7	80,8	79,7	80,3	82,0	81,2	81,1	80,3	80,3
Minerais não-metálicos	132,9	131,0	126,0	126,4	126,8	125,8	126,5	125,5	128,3	126,1	126,5	127,0	125,6	125,6
Metalurgia básica	69,9	69,7	69,8	70,4	72,4	73,0	78,7	74,7	76,3	79,5	80,8	80,3	80,5	80,5
Produtos de metal ⁽¹⁾	100,2	101,1	103,2	104,5	102,8	101,6	104,8	103,9	104,0	103,5	104,1	106,3	106,9	106,9
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	146,2	145,3	148,5	155,0	159,8	163,2	169,5	163,9	165,6	168,8	173,1	172,7	173,0	173,0
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	100,6	100,3	101,3	103,9	106,3	104,7	107,7	105,6	107,0	107,8	109,2	107,3	109,2	109,2
Fabricação de meios de transporte	138,6	140,1	142,5	142,5	141,4	140,8	145,4	142,9	142,8	143,8	145,7	148,1	149,1	149,1
Fabricação de outros produtos	56,6	56,8	54,0	55,1	54,4	54,7	58,7	56,7	57,2	58,9	59,6	60,6	59,4	59,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2010

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
Janeiro	-638	1 631	-912	2 456	-945	-	1 592
Fevereiro	-1 883	55	-109	5 994	-1 563	-	2 494
Março	2 958	428	1 191	3 261	3 004	-	10 842
Abril	2 504	-104	333	4 848	356	-	7 937
Mai	2 255	2 978	1 651	3 135	1 663	-	11 682
Junho	-109	31	2 179	2 661	1 202	-	5 964
Julho	2 855	1 206	1 956	1 048	-143	-	6 922
Agosto	3 880	2 025	3 116	5 676	-260	-	14 437
Setembro	6 672	1 274	3 536	2 673	-415	-	13 740
Outubro	4 931	1 323	4 742	2 456	-25	-	13 427
Novembro	3 764	1 040	6 852	4 607	-232	-	16 031
Dezembro	-14 196	-3 616	-1 780	-9 369	-7 023	-	-35 984
2010	38 818	18 150	14 122	37 247	5 374	-	113 711
Janeiro	5 236	3 416	234	4 881	144	-	13 911
Fevereiro	4 477	1 733	891	7 470	-861	-	13 710
Março	7 706	3 183	3 035	7 161	2 112	-	23 197
Abril	8 249	2 118	3 502	5 773	951	-	20 593
Mai	6 536	3 725	3 207	4 824	839	-	19 131
Junho	2 890	1 259	984	3 494	1 819	-	10 446
Julho	3 724	2 716	2 269	3 644	370	-	12 723

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2009

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Varição Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Varição Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,97
2007	161 582	6,76	2 661 345	6,09
2008 ⁽³⁾	184 002	6,00	3 004 881	5,14
2009 ⁽³⁾	191 378	-0,50	3 143 015	-0,19

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativa do IPARDES para o Paraná.

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 1 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347
Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: ipardes@ipardes.gov.br